

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Este documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOZARLÂNDIA-GO.

2. A REFORMA E ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MOZARLÂNDIA-GO TÊM UM VALOR ESTIMADO EM R\$ 102.816,35 (CENTO E DOIS MIL OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

3. LOCALIZAÇÃO DA OBRA/SERVIÇO: A obra em questão refere-se a reforma e adequação do prédio da câmara municipal de Mozarlândia-go, localizada a rua São Paulo, s/n, centro, ao lado da prefeitura, Mozarlândia-go

4. NOTUREZA E FINALIDADE DA AOBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA:

Trata-se de obra de engenharia, tendo como objeto da presente contratação se caracteriza como construção para aplicação predial, cuja atividade estabelece, privativa de engenheiro, implica na intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel, de interesse para a Administração que deverá ser norteada e executada de acordo com Projeto Básico.

5. Motivos para Realizar Reformas e Adequações no Prédio da Câmara Municipal

5.1. Acessibilidade: A implementação de reformas é essencial para garantir a acessibilidade a portadores de deficiência física, conforme exigido pela NBR 9050 e pela Lei de Acessibilidade (Lei nº 10.098). Essas normas visam eliminar barreiras arquitetônicas e garantir que todos os cidadãos possam utilizar os espaços públicos com segurança e autonomia

5.2. Redução do Número de Vereadores: Com a alteração na quantidade de vereadores de 11 para 9, dois gabinetes ficarão inutilizados. A reforma pode readequar esses espaços para outras funções administrativas ou de atendimento ao público, otimizando o uso do prédio.

5.3 Melhorias das Condições de Trabalho: Adequações nos espaços podem melhorar as condições de trabalho dos funcionários da câmara, tornando o ambiente mais funcional e eficiente, o que pode refletir positivamente na qualidade do atendimento ao público.

5.4 Valorizações do Patrimônio Público: Investir na reforma do prédio da câmara municipal não apenas melhora a infraestrutura, mas também valoriza o patrimônio público, demonstrando um compromisso com a boa gestão e a responsabilidade fiscal.

5.5 Promoções da Inclusão Social: Ao tornar o prédio acessível, a câmara municipal promove a inclusão social, garantindo que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, possam participar ativamente da vida política e comunitária.

Esses motivos justificam a necessidade de realizar reformas e adequações no prédio da Câmara Municipal de Mozarlândia-GO, assegurando que ele sirva adequadamente à comunidade e respeite os direitos de todos os cidadãos.

6. DEMONSTRAÇÃO A PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL.

A contratação pretendida mostra-se viável, atende adequadamente à demanda formulada e às diretrizes legais, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, inexistindo risco.

7. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente e padrões de sustentabilidade exigidos nesse instrumento.

A dispensa eletrônica terá por fundamento legal o regramento disposto no art. 75, inciso I, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021;

Para a presente contratação será elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de pressão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

7.1 Requisitos Técnicos da Contratação:

- a) Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no Objeto deste documento;
- b) Definição dos serviços a serem executados, das matérias a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela Contratada;
- c) Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d) Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e) Empresa de engenharia para execução de serviços de reforma de edificação em alvenaria com estrutura de concreto armado, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f) Certidão de registro/quitação da contratada junto ao CREA / CAU, da qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do CINDEA, artigo 4º parágrafo único.
- g) Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA / CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço.
- h) Apresentação, por parte da contratada, de Atestado de Capacidade Técnica operacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i) Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem a contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços mais competitivos para a contratação;
- j) Cumprimento, por parte da contratada, de Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo o correto descarte dos resíduos segundo sua classe.

7.2. Requisitos de Sustentabilidade:

Os serviços prestados pela empresa contratada deverão fundamentar-se no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração de resíduos, além do desperdício de água e consumo excessivo de energia. Sempre que possível fazer uso de energia renovável. A contratada deverá ter pleno conhecimento e se responsabilizar pelo trabalho seguro das pessoas envolvidas no manuseio de ferramentas, equipamentos e produtos inflamáveis, conforme legislação em vigor do Ministério do Trabalho. Esta também se responsabilizará por ações e/ou omissões sobre os resíduos e rejeitos

sólidos, líquidos e derivados, nos locais da obra, removendo e promovendo a devida destinação.

7.3. Requisitos Normativos que Disciplinam os Serviços a Serem Contratados:

- a) Lei nº 14.133, de 12 de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- b) Normas da ABNT e das legislações pertinentes para execução de todos os serviços aplicáveis na execução da obra, inclusive no que tange a qualidade dos materiais;
- c) Lei nº 5.194, de 24 de dezembro 1966, que regula o exercício das profissões de Engenharia e dá outras providências;
- d) Lei nº 12.378/2010 regula o exercício da Arquitetura e cria o Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e das Unidades da Federação (CAU/UF);
- e) Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977, que institui a “Anotação de Responsabilidade Técnica” na prestação de serviços de Engenharia, autoriza a criação, pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — CONFEA, de uma mútua de assistência profissional, e dá outras providências;
- f) Resolução CONAMA nº 307, de 05 de julho de 2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Fundamentação: Estimativa das quantidades a serem contratadas, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, considerando a interdependência com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (inciso IV do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7º, inciso V da IN 40/2020).

A demanda prevista será resultado do programa de necessidades estabelecido, vistoria prévia técnica do imóvel, levantamento detalhado dos serviços e as quantidades dos mesmos, elaboração dos projetos técnicos detalhados, somados aos memoriais descritivos e/ou memorial de especificações de serviços, elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultara no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratado.

9 - LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUGAO A CONTRATAR

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os pregos do SINAPI - Sistema Nacional de Pesquisa de Custos

e índices da Construção Civil, que é a principal tabela utilizada no orçamento de obras em geral, de acordo com o último boletim de referência publicado, mantida pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, que informa os custos e índices da Construção Civil no Brasil.

Na falta de composição no boletim de referência SINAPI, deve-se apresentar a composição unitária do serviço, contendo as justificativas técnicas para as composições adotadas, com elementos suficientes que permitam o controle da motivação dos atos que fundamentaram os valores adotados (por exemplo, memória de cálculo dos coeficientes de utilização de insumos), bem como a identificação do responsável pela elaboração. O Tribunal de Contas da União recomenda adotar a composição de outros sistemas referenciais de preços, desde que mantidos os coeficientes de consumo para cada serviço, utilizando-se o custo dos insumos obtidos no SINAPI. Nos casos em que este não contemple os serviços em análise, exige-se que se busque informações em outras fontes de preços para análise do orçamento de obra pública.

9.1 Estimativas do Valor da Contratação

Os custos de execução, são os apresentados em planilha orçamentária abaixo, que foram elaborados por equipe técnica devidamente capacitada, que resultou no orçamento completo da obra a ser executada, inclusive com valor final de referência da contratação, que deverá compor a documentação do Projeto Básico.

Valor total estimado: R\$676.202,02

9.2 Levando-se em conta as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação é a execução indireta da seguinte forma:

9.2.1. Justificativa para a Escolha da Modalidade Licitatória: Dispensa Eletrônica

A escolha da modalidade de dispensa eletrônica para a contratação de empresa especializada para a reforma e adequação do prédio da Câmara Municipal de Mozarlândia-GO é fundamentada em diversos aspectos legais e práticos que visam otimizar a gestão pública e garantir a eficiência no uso dos recursos públicos. A seguir, apresentamos as principais justificativas:

Conformidade Legal:

A dispensa eletrônica está prevista na Lei nº 14.133/2021, especificamente em seu Art. 75, inciso I, que permite a contratação direta em casos de valor estimado inferior ao limite estabelecido para licitação. O valor da contratação, de R\$ 102.816,35, se enquadra dentro desse limite, o que torna a modalidade adequada e legal.

Agilidade e Eficiência:

A modalidade de dispensa eletrônica proporciona um processo mais ágil em comparação com as licitações tradicionais. A utilização de plataformas eletrônicas permite que a tramitação dos documentos e propostas ocorra de forma rápida e

eficiente, minimizando a burocracia e acelerando a contratação dos serviços necessários para a reforma.

Transparência e Competitividade:

A dispensa eletrônica garante a transparência do processo licitatório, permitindo que todos os interessados possam acessar as informações pertinentes e participar de forma competitiva. A plataforma utilizada para a dispensa, como o Licitanet, assegura a visibilidade das propostas e lances, promovendo um ambiente de concorrência saudável entre os fornecedores.

Redução de Custos:

A modalidade de dispensa eletrônica contribui para a redução de custos administrativos e logísticos, tanto para a administração pública quanto para os fornecedores. A economia de tempo e recursos na elaboração e submissão de propostas reflete-se na eficiência do processo, permitindo que os recursos públicos sejam utilizados de maneira mais racional.

Apoio a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

A escolha pela dispensa eletrônica também visa incentivar a participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme previsto na legislação. Essa inclusão é essencial para fomentar a economia local e promover a concorrência, garantindo que um maior número de fornecedores possa participar do processo.

Adequação ao Objeto Licitado:

A natureza da contratação, que envolve a reforma e adequação do prédio da Câmara Municipal, demanda uma abordagem que considere a agilidade e a capacidade de resposta dos fornecedores. A dispensa eletrônica se mostra uma ferramenta apropriada para atender essas necessidades específicas.

Diante desses pontos, a escolha da modalidade de dispensa eletrônica se justifica plenamente, alinhando-se aos princípios da eficiência, transparência e economicidade que regem a administração pública. Essa decisão visa garantir a melhor contratação possível para a realização da reforma, beneficiando a Câmara Municipal e a comunidade de Mozarlândia-GO.

9.3. Do Critério de Julgamento “MENOR PREGO”

Diante das possibilidades apresentadas pelo regramento de licitações, considerando todo o ciclo de vida do contrato e a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, o critério de julgamento a ser adotado será o de MENOR PREÇO.

A escolha do tipo “Menor Preço” se justifica por ser esse o tipo mais vantajoso a Administração Pública, aumentando a competição entre as empresas participantes do certame, possibilitando assim, que a proposta vencedora seja realmente aquela de

menor, dentro das especificações constantes no edital, gerando com isso, economia aos cofres públicos.

9.4 Do Regime “EMPREITADA POR PREÇO UNITARIO”

A escolha pelo regime de execução por empreitada por preço unitário é orientada pelo Acórdão 1.977/2013 — TCU e se justifica por se tratar de uma obra de construção e ampliação, cuja execução por este regime permite um melhor controle por parte da fiscalização na realização das medições, visto que as quantidades podem ser mensuradas por unidade de medida, cujo o valor total do contrato é o resultante da multiplicado do preço unitário pela quantidade e tipos de unidades contratadas. Dessa forma, esta escolha se torna necessária para melhor mensuração dos valores em possíveis alterações de projeto, evitando ônus ao erário público.

No que se refere ao critério de seleção de licitante, será adotado o regime de empreitada por preço unitário, conforme previsto no art. 46, inciso I, da Lei 14.133/21 e seguindo a orientação consubstanciada no Acórdão 1.977/2013 no qual a Corte de Contas entendeu:

Segundo a Lei de Licitação e Contratos, a empreitada por preço unitário consiste na contratação da execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas. É utilizada sempre que os quantitativos a serem executados não puderem ser definidos com grande precisão [...]

A remuneração da CONTRATADA, nesse regime, é feita em função das unidades de serviço efetivamente executadas, com os preços previamente definidos na planilha orçamentária da obra. Assim, o acompanhamento do empreendimento torna-se mais difícil e detalhado, já que se faz necessária a fiscalização sistemática dos serviços executados. Nesse caso, o contratado se obriga a executar cada unidade de serviço previamente definido por um determinado preço acordado.

O construtor contrata apenas o preço unitário de cada serviço, recebendo pelas quantidades efetivamente executadas[...]

A precisão da medição dos quantitativos é muito mais crítica no regime de empreitada por preço unitário do que em contratos a preços globais, visto que as quantidades medidas no campo devem ser exatas, pois correspondendo, de fato, as quantidades a serem pagas. Portanto, as equipes de medição do proprietário devem ser mais cuidadosas e precisas em seus trabalhos, porque as quantidades medidas definem o valor real do projeto.

Trata-se de contrato de empreitada, no qual a CONTRATADA se obriga a realizar a obra descrita no Projeto Básico e Projeto Executivo e seus anexos, pessoalmente ou por intermédio de terceiros, mediante remuneração. O gerenciamento dos trabalhos cabe ao próprio empreiteiro, sem vínculo de subordinação com a CONTRATANTE. Ressalta-

se que para a obra objeto desta contratação o empreiteiro contribuirá com o seu trabalho e os materiais necessários a execução da reforma.

Nos instrumentos que compõe esta contratação constaram, a previsão de obrigação de resultado, no qual a CONTRATADA se comprometera a entregar a obra nos moldes estabelecidos pela CONTRATANTE, devendo fornecer os materiais, equipamentos e demais itens que se fizerem necessários a execução, assim como assumir a responsabilidade pelos riscos até o momento da entrega da obra.

O contrato será executado mediante a realização dos projetos previstos no projeto executivo anexo ao edital, no qual a CONTRATADA deverá dispor de materiais e mão de obra suficiente a perfeita realização do empreendimento, devendo a vencedora observar as regras e obrigações contratuais dispostas no Termo de Referência e demais artefatos da contratação.

Cabe ressaltar que, apesar da prestação continua dos serviços até o adimplemento do contrato, não haverá previsão de dedicação de mão de obra exclusiva, devendo a CONTRATADA decidir e dispor do quantitativo que julgar suficiente a execução do cronograma previsto para a contratação.

9.5. Do Fracionamento do Lote

A contratação para a execução da obra deverá ser licitada como objeto no divisível, sem parcelamento do objeto com a execução da obra por uma Única empresa considerando a completude do projeto e a sua média complexidade. A indivisibilidade do objeto ainda se justifica pelo fato de que os elementos técnicos e econômicos do caso concreto condizem com o seu não-parcelamento, cuja fragmentação do objeto poderá comprometer a realização da obra, onde a centralização da responsabilidade em uma Única contratada é considerada eficiente e com resultados satisfatórios a vista do acompanhamento de problemas e soluções, bem como por facilitar a verificação das suas causas e atribuições de responsabilidade, de modo a aumentar o controle sobre a execução do objeto licitado.

9.6. Da Exclusividade de Participação de ME e EPP

A exclusividade Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte não se enquadra ao objeto deste Projeto, uma vez que o valor a ser licitado supera aquele previsto no inciso I, do art. 48, da Lei 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e por não se tratar da aquisição de serviços divisíveis. Tal ação poderia comprometer o pleno andamento da obra, uma vez que várias ações devem ser coordenadas para que se tenha um resultado satisfatório.

9.7. Da Participação de Consórcios

Nesta licitação será admitida a possibilidade de Consorcio, nos termos do artigo 14 da Lei nº 14.133 de 12 de abril de 2021, para possibilitar o reforço da capacidade técnica e financeira do licitante, proporcionando maior disponibilidade de equipamento e

peçoal especializado. O consórcio ainda enseja a participação de maior número de empresas, possibilitando o aumento na competitividade.

9.8. Da Participação de Empresas Estrangeiras

A participação de Empresas Estrangeiras será devidamente amparada na legislação pátria, e fundamenta-se na possibilidade de distender a oferta para a Administração Pública com aumento da quantidade de licitantes. Por consequência, possibilitará a formalização de contratos mais vantajosos, com melhores preços e melhores técnicas, trazendo a Contratante economia e obras de maior qualidade.

9.9. Da Subcontratação

Será admitida a subcontratação para as atividades que não constituam o escopo principal do objeto, até o limite de 25% do orçamento. A subcontratação se justifica por se tratar de uma obra que contempla serviços complementares as atividades comuns, necessitando de empresas com atuação em atividade específica. A Subcontratação pode assim trazer celeridade na execução da obra, diminuindo transtornos à população

9.10. Da Solução Como um Todo

A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos que deverão ser definidos em projeto básico que devendo prever, inicialmente, nos itens descritos no memorial descritivo e projeto básico.

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresente vantagens para a contratação e com a caracterização devidamente detalhada no Projeto Básico.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO OU NÃO-PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO.

O parcelamento da solução não é recomendável, do ponto de vista da eficiência técnica, considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Para execução de obras de construção não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não aproveitamento do mercado,

pois o serviço amplia a competitividade e não melhora o são executados por empresas de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento do objeto.

Então, pelas razões expostas, recomendamos que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

11. PROVIDENCIAS PREVIAS AO CONTRATO

Visando a correta execução do contrato, a administração deverá executar minimamente as seguintes ações antes de contratação:

Relatório circunstanciado contendo a descrição e avaliação da opção selecionada, elaborado pela autoridade competente (§ 5º do art. 40 da Lei 14.133/21);

Definição do programa de necessidades, elencando as ações de projeto e obra a serem realizados;

Elaboração do Projeto Básico, contendo o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra ou o serviço, ou o complexo de obras ou de serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução;

- Aprovação do Projeto;
- Elaboração do Edital de Licitação;
- Entre outros.

Para o processamento da Dispensa Eletrônica e execução do contrato caberá a CONTRATANTE:

- a) Fornecer as informações técnicas, por meio do Projeto Básico e Executivo e seus anexos, acerca da execução do objeto.
- b) Quando da realização do contrato exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e nos termos da proposta apresentada.
- c) Deverá a CONTRATANTE acompanhar e fiscalizar os serviços, por servidor ou comissão especialmente designada.
- d) Constatadas irregularidades deverão notificar a CONTRATADA por escrito acerca das eventuais ocorrências.

No processo licitatório deverá a licitante observar as regras estabelecidas pela Lei nº. 14.133 de 2021 acerca da participação no procedimento, as diretrizes quanto a execução de obra e serviços de engenharia, bem como obedecer as normas correlatas relacionadas ao objeto da contratação, além de:

- a) Aquela que se consagrar vencedora deverá executar o contrato conforme as especificações contidas no Estudo Técnico Preliminar e seu anexo, assim como seguir os termos de sua proposta.
- b) Comunicar ao Fiscal do contrato qualquer ocorrência irregular que se verifique no local dos serviços;
- c) Prestar esclarecimentos ou informações quando solicitado pela CONTRATANTE.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS / INTERDEPENDENTES

Inicialmente, não existem em andamento contratações correlatas ou interdependentes que venham a interferir ou merecer maiores cuidados no planejamento da futura contratação.

13. DESCRIÇÃO DOS IMPACTOS AMBIENTAIS

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público, tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços, para analisar os benefícios do processo torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir a oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas como INMETRO e ABNT.

No art. 45, Lei nº 14.133/21 determina que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas a disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras CONTRATADAS, mitigação por condicionantes e compensação ambiental, utilização de produtos, de equipamentos e

de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais, avaliação de impacto de vizinhança, proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obra CONTRATADA.

Na mesma acepção a Resolução CONAMA nº 307/2002 define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha.

Sob esse Viés normativo, a contratação pretendida nesta Dispensa Eletrônica caracteriza-se com obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que devera a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art.62, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021 que dispõe que deve o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da obra devera a CONTRATANTE e a CONTRATADA a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

13.1. Logística

As intervenções nas edificações não ocasionarão a indisponibilidade total dos espaços para trabalho, uma vez que as áreas a serem construídas serão parcialmente independentes das repartições de trabalho.

Assim, poderá ser executada concomitante com as atividades laborais desenvolvidas no edifício. A definição das etapas deverá ser realizada com conhecimento e concordância da gestão, da empresa contrata e da comissão de fiscalização.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO QUANTO A VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina. (Inciso XIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21)

Trata-se de ação comum de engenharia, onde todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens imóveis, com reforma e adequação da Câmara Municipal de Mozarlândia-GO, cuja obra não interferirá em 100% das atividades desenvolvidas na edificação. As experiências anteriores indicam que a contratação apresenta viabilidade e alta probabilidade de alcance dos resultados pretendidos.

A Câmara Municipal não possui em seu quadro de servidores profissionais habilitados, em quantitativo suficiente, para a execução da obra de construção e reforma, de modo que para suprir tal necessidade torna-se imprescindível a contratação de serviços especializados, tendo em vista a necessidade de melhorias, ampliações e adequação do edifício para melhor atender os princípios institucionais do Poder Legislativo.

Assim, após o planejamento consignado neste estudo técnico, mostra-se viável a obtenção do objeto, sendo ele a contratação de empresa para execução reforma e adequação da Câmara Municipal de Mozarlândia-GO, segundo as condições e especificações previstas neste ETP por meio da Dispensa eletrônica.

15. ANALISE DE RISCOS

Objetivando sempre mitigar riscos e fazer um bom uso do dinheiro público, certificamos de que a presente contratação considerou a quantidade necessária para atender as necessidades da execução de reforma e adequação da Câmara Municipal de Mozarlândia-GO

16- DADOS DO CONTRATANTE:

Câmara Municipal de Vereadores de Mozarlândia-ESTADO DE GOIAS – Endereço: Rua São Paulo, S/N, Centro, Inscrita no CNPJ sob o nº 03.056.151/0001-50.

17- RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA:

a. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste termo de referência, contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- b. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº8.078, de 1990);
- c. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d. Atender às determinações regulares emitidas pelos fiscais ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informações por eles solicitadas;
- e. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamento devidos o valor da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - i. Prova da regularidade relativa à Seguridade Social;
 - ii. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à dívida ativa da União;
 - iii. Certidão que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
 - iv. Certidão de Regularidade do FGTS;
 - v. Certidão negativa de débitos trabalhistas – CNDT
- h. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- j. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em riscos a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- k. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

l. Cumprir, durante toda a vigência do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

m. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021):

n. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

o. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação. Exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

p. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas do contratante;

18. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente deste ETP correrá em conformidade com a LOA — Lei Orçamentária Anual — 2024 e a seguinte dotação:

DOTAÇÃO - A despesa deste contrato correrá a conta de recursos próprios e nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação: 04.4.90-51 Ficha 153 – Obras e instalações.

10 DA FISCALIZAÇÃO

A Fiscalização dos serviços executados por meio do contrato de prestação a ser firmado, será realizada por servidor nomeado na Portaria nº 19 publicada no placar/sítio oficial do município.

Mozarlândia, 30 de outubro de 2024.

THEO IBSON GUIMARÃES COSTA

Agente de Contratação

Portaria de Nomeação n. 173/2024